

LUCIMARA INÁCIO DO PRADO

**AVALIAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DAS ESTRATÉGIAS DO
CECOPAM NO PROJETO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (1997 à 2002)**

**CURITIBA
2004**

LUCIMARA INÁCIO DO PRADO

**AVALIAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DAS ESTRATÉGIAS DO
CECOPAM NO PROJETO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (1997 à 2002)**

Monografia apresentada como requisito
parcial à conclusão do curso de Ciências
Econômicas, Setor de Ciências Sociais
Aplicadas, Universidade Federal do
Paraná.

Orientadora: Prof^ª. Denise Maria Maia

CURITIBA

2004

TERMO DE APROVAÇÃO

LUCIMARA INÁCIO DO PRADO

AVALIAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DAS ESTRATÉGIAS DO CECOPAM NO PROJETO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (1997 à 2002)

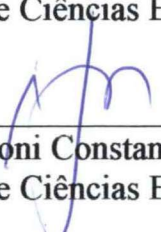
Monografia aprovada como requisito para conclusão do curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador(a):



Prof.^a Denise Maria Maia

Departamento de Ciências Econômicas, UFPR


Prof.^a Igor Zanoni Constant Carneiro Leão

Departamento de Ciências Econômicas, UFPR


Prof.^a Christine de Alencar Chaves

Departamento de Antropologia, UFPR

Curitiba, 17 de novembro de 2004

Dedico este trabalho em especial a todos aqueles que trabalham a economia solidária, e encontraram nesta a fórmula que soma solidariedade, amizade com inclusão social, ao Cecopam que com sua organização leva esperança e desenvolvimento aos menos favorecidos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que me concedeu saúde e disposição para essa empreitada.

Aos meus pais, Bergildo (In Memoriam) e Hortência (In Memoriam) que sempre com seus esforços conseguiram conduzir-me até a universidade e a chegar até aqui.

Em especial a meu marido Marcos Antonio pelo incentivo à esse trabalho.

Ao meu filho João Vitor que ficou privado muitas vezes de minha atenção, e mesmo sem entender soube compreender esse momento.

Aos meus amigos, pelos incentivos para conclusão dessa etapa.

A minha orientadora, professora Denise Maia, pelo acompanhamento e revisão do estudo.

Sonho que se sonha só, é só um
sonho que se sonha só, mas sonho
que se sonha junto é realidade.

Raul Seixas

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS.....	vii
RESUMO.....	viii
INTRODUÇÃO.....	1
1 O CONCEITO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	3
1.1 O SURGIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	5
1.2 FUNDAMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	8
1.2.1 A Autogestão e a Heterogestão.....	12
1.2.2 Economia Solidária: Formação de Redes.....	14
2 COOPERATIVA POPULAR E SOLIDÁRIA.....	17
2.1 COOPERATIVAS POPULARES: SEUS PRINCÍPIOS.....	19
3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL.....	21
3.1 UMA VISÃO DO PARANÁ.....	24
3.1.1 A Rede de solidariedade.....	26
3.1.2 O Clube de Trocas.....	29
4 O CECOMA: ORIGEM E MUTAÇÃO.....	31
4.1 O NASCIMENTO DO CECOPAM.....	33
4.2 CARACTERÍSTICAS DOS PARTICIPANTES.....	34
4.3 FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO.....	35
4.3.1 O Cecopam e a Participação no Clube de trocas.....	37
4.3.2 As Feiras de Economia Solidária.....	41
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS.....	49

LISTA DE ABREVIATURAS

ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário

ANTEAG - Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão

AOPA - Associação d'agricultura Orgânica do Paraná

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BRDE - Banco Regional do Extremo Sul

CEB's – Comunidades Eclesiais de Base

CECOMA – Centro Comunitário de Manutenção

CECOPAM – Centro Comunitário e de Proteção Alimentar Padre Miguel

CEFURIA - Centro de Formação Urbana e Rural Irmã Araújo

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DESER – Departamento Sindical de Estudos Rurais

DIESSE - Departamento de Estudos Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio –
econômicos

EMATER - Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural

IFIL – Instituto de Filosofia da Libertação

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

ITCPS - Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

MST - Movimento dos Sem – Terra

PACS - Projetos Alternativos Comunitários

RBSES – Rede Brasileira de Sócioeconomia Solidária

SCA – Sistema Cooperativo dos Assentados

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UNISOL - União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo

XAPINHAL – Associações de Moradores Xaxim, Pinheirinho e Alto Boqueirão

RESUMO

Este trabalho procura compreender o desenvolvimento da Economia Solidária em Curitiba, como alternativa para melhorar a distribuição de renda e a inclusão social, através de ações de autogestão. Inicialmente, discutimos as diferentes visões sobre este fenômeno e analisamos os empreendimentos solidários que surgiram no Brasil entre 1997 e 2002. Em seguida, nos debruçamos na experiência de uma entidade em Curitiba, no caso o Centro Comunitário e de Proteção Alimentar Pe. Miguel (CECOPAM), que utiliza a economia solidária como estratégia de inclusão social de artesãos, desempregados, mulheres, que encontraram na entidade um espaço para as diversas formas de organização solidária como as feiras e o clube de trocas. Além de reconstruir a história e o desenvolvimento dessas experiências, observamos uma série de impactos positivos como a diminuição das desigualdades, diminuição do desemprego e melhoria na qualidade de vida. Constatamos que a economia solidária é uma forma desafiadora de desenvolvimento dentro do sistema capitalista, cujo resultado é a soma de pequenos empreendimentos autogestionários que tem no coletivo e na solidariedade sua essência, apresentando como principal desafio o rompimento das estruturas individualistas e excludentes que visam o lucro e provocam o desânimo e a descrença nas pessoas envolvidas.

Palavras-chave: Economia Solidária; Autogestão; Inclusão Social; CECOPAM.

INTRODUÇÃO

Procurando resgatar ao ser humano condições dignas de trabalho e a renda necessária correspondente, retirando-o do sentido alienante do trabalho e do determinismo do capital, surgem ao longo dos anos noventa diversas experiências denominadas de diferentes formas: economia solidária, economia social, socioeconomia solidária, humanoeconomia, economia popular, economia de proximidade, entre outras, que procuram desenvolver novas formas de organizar a produção e a comercialização dos produtos. Essas experiências tornam-se crescentes quando, especialmente a necessidade da sobrevivência e da melhora na qualidade de vida são urgentes. São práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por novos valores culturais que colocam o homem como sujeito e finalidade da atividade econômica, deixando a acumulação de capital em segundo plano. O crescimento da economia solidária possibilitou a construção de uma ampla rede de associações e organizações, inclusive em escala mundial, bem como o desenvolvimento de um corpo teórico que procura caracterizar e compreender estas práticas solidárias de organização econômica e seus impactos na sociedade.

Este trabalho procura analisar o desenvolvimento da economia solidária em Curitiba, considerando a experiência do Centro Comunitário e de Proteção Alimentar Padre Miguel - CECOPAM. Para tanto, considerou o trabalho desenvolvido pela organização durante o período de 1997 a 2002, detectando suas estratégias e impactos econômicos e sociais. Essa entidade tem origem nos anos setenta, inicialmente com o nome de Centro Comunitário de Manutenção (CECOMA), que surgiu com o objetivo de atender uma população vítima do êxodo rural, do desemprego e da miséria. Foi organizada e sediada no bairro Xaxim, região sul de Curitiba. Constituída como sociedade civil, sem fins lucrativos, estabeleceu como objetivo maior a defesa dos interesses de consumidores na área de abastecimento e qualidade alimentar.

O CECOPAM é uma organização social pertencente as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), associações de moradores. Tendo participantes na sua maioria pessoas de famílias pobres, desempregados, que organizam-se e trabalham a economia solidária se integrando a Rede Mundial de Economia Solidária, assim atende as necessidades da comunidade e ajuda a população a organizar-se e administrar as próprias economias, além de ser um espaço aberto de avaliação e conscientização da capacidade de cada um criar uma sociedade voltada para o equilíbrio entre o ser humano e a natureza.

Essa pesquisa foi realizada com base no material bibliográfico, considerando a produção recente do assunto e a análise dos documentos da instituição referentes a sua organização formal (estatuto) e sua prática da economia solidária, para tanto, realizamos entrevistas com as pessoas envolvidas nestas práticas.

Para melhor abordar o estudo sobre economia solidária, dividimos o trabalho em quatro capítulos: o primeiro capítulo faz uma revisão bibliográfica com diversos autores que trabalham o conceito de economia solidária e, um levantamento histórico de seus fundamentos; no segundo destacamos a importância da cooperativa popular e solidária para o contexto do nosso estudo, bem como dos seus princípios; no capítulo três fazemos um levantamento sobre os empreendimentos de economia solidária que ocorreram e estão ocorrendo no Brasil e também no Paraná, destacando a inserção das redes de solidariedade; no quarto capítulo desenvolvemos o estudo do caso CECOPAM, que inclui seu histórico, características, formas de organização, suas estratégias e desenvolvimento; por último tecemos as considerações finais.

1 O CONCEITO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

O conceito de economia solidária comporta diversas experiências. Da imensa variedade e quantidade de atividades desenvolvidas no âmbito da economia solidária incluem-se, desde as iniciativas pessoais, familiares, associativas, comunitárias até as que se traduzem em organizações de base econômica popular: redes econômicas, associações de produtores, e cooperativas que tem em comum a crítica e a rejeição às formas capitalistas de produção. Portanto uma das característica da empresa solidária é negar a separação entre trabalho e posse dos meios de produção. Seu capital é constituído pelos que nela trabalham, cuja principal finalidade não é maximizar os lucros, mas atender a necessidade dos seus associados, proporcionando quantidade e qualidade de trabalho (SINGER, 2001, p. 44).

LECHAT, em palestra proferida na Unicamp em março de 2002, diz que a sistematização destas experiências é demonstrado conforme o autor e o desenvolvimento da economia solidária em diferentes lugares. Desde o desenvolvimento do cooperativismo, como uma de suas manifestações, sua proposta é a organização baseada no máximo de autonomia e reestruturação da sociedade. Até a “onda” mais recente devido à crise do desemprego e a emergência de novas formas de associação, com repercussões em todo o mundo são reforçados os valores e princípios que nortearam a doutrina cooperativista. Neste contexto, muitos autores preferem falar em “economia social”, e não economia solidária como utilizado no Brasil. Como André GUÉLIN nos aponta (1998, p. 13): “Ela é composta de organismos produtores de bens e serviços, colocados em condições jurídicas diversas no seio das quais, porém, a participação dos homens resulta de sua livre vontade, onde o poder não tem por origem a detenção do capital e onde a detenção do capital não fundamenta a aplicação dos lucros.”

Já Paul SINGER (2002, p. 11), caracteriza a economia solidária como um conjunto de atividades econômicas cuja lógica é distinta tanto da lógica do mercado capitalista quanto da lógica do Estado. Enquanto o mercado capitalista é centrado no capital a ser acumulado, funcionando com base na competição e procurando maximizar o lucro, e a economia estatal supõe uma autoridade central e formas de propriedade institucional. A economia solidária organiza-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações nas quais o laço social é valorizado através da reciprocidade, adotando formas comunitárias de propriedade. Tal visão proporciona, segundo o autor, uma articulação entre o econômico, o social e o político.

Os conceitos ligados à economia solidária começam a aparecer em livros como: “Economia de solidariedade e organização popular”, organizado por Gadotti (1993, p. 40), no qual L. RAZETO a concebe como:

“uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas”.

A partir disto, o conceito se desenvolve aparecendo em inúmeros eventos, estudos e organizações. Os primeiros aparecem na mesa como formas de combate e de resistência à pobreza, como por exemplo no VII Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Sociologia em 1995 e no III Encontro da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária, ANTEAG, em 1996. Analisando as experiências da Cáritas Brasileira, GAIGER (1996, p. 11) define que:

“A comparação entre essas diversas experiências permite identificar, como tipo promissor e como alternativa viável para a economia popular, os empreendimentos solidários que reúnem, de forma inovadora, características do espírito empresarial moderno e princípios do solidarismo e da cooperação econômica apoiados na vivência comunitária”.

Paul SINGER (1998, p. 31) observa que: “No bojo da crise do trabalho começou a surgir a solução. (...) A economia solidária ressurge no meio da crise do trabalho e se revela uma solução surpreendentemente efetiva”.

Já para LAVILLE (2003, p. 17), a economia solidária é um movimento que vem do século XIX, sendo a solidariedade definida por Leroux como “o elo social voluntário que une os cidadãos livres e com direitos iguais na república.”

1.1 O SURGIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Economia Solidária surge após a 1ª Revolução Industrial na Grã-Bretanha, como forma de reação ao empobrecimento dos artesãos, provocado pela difusão das máquinas e pelas condições impostas pelo processo de industrialização (SINGER, 2002, p. 35).

As primeiras aldeias que trabalham com cooperativas surgem no ano de 1817, como forma de amenizar os impactos da crise britânica após a Revolução Francesa, onde as pessoas trabalhavam e produziam para sua própria subsistência, trocando seu excedente com outras aldeias¹. Com o sucesso dessas aldeias, foram surgindo novos empreendimentos utilizando a mesma base de solidariedade e já em 1821 publica-se o 1º jornal cooperativo, formado por um grupo de jornalistas e gráficos em Londres, divulgando esta nova forma de produção (SINGER, 2002, p. 27).

O surgimento de cooperativas se confunde com o surgimento dos sindicatos, pois tornou-se comum que grevistas em ramos de atividade que podiam ser operados sem muita máquina, em vez de cruzar os braços, se lançavam em competição com seus empregadores à base de planos de produção cooperativa (COLE, 1944, p. 24).

¹ Conforme Paul SINGER (2002), entre inúmeros autores, a idéia inicial da formação dessas aldeias partiu de um industrial britânico chamado Robert Owen.

Além dessas cooperativas operárias, surgem a partir da idéia owenista, as cooperativas integrais, que organizavam integralmente produção e consumo, originando dessas sociedades armazéns cooperativos com o objetivo de consumir seus próprios produtos ou para escambo. Muitos desses armazéns passaram a adquirir produtos de cooperativas operárias e distribuí-los, transformando-se em centros de escambo da produção cooperativa, denominados Exchange Bazzars (Bazares de Troca) ou Equitable Exchanges (Bolsas Equitativas de Trabalho). Dando viabilidade econômica e polarizando a produção, que recebiam e vendiam a produção sem visar o lucro, os chamados “clube de trocas”, criavam um mercado entre seus membros com moeda própria (SINGER, 2002, p. 30).

Essa moeda chamava-se notas de trabalho, cujas unidades eram horas de trabalho, ou seja, os bens oferecidos para venda eram avaliados pelo tempo de trabalho médio que o operário levava para produzi-lo. A avaliação era feita por um comitê formada por profissionais do ramo correspondente. Já as bolsas de “trabalho equitativo” excluía o lucro industrial na formação de seus preços². Essas bolsas equitativas durante algum tempo tiveram sucesso, tendo seu auge de atuação em 1833. Neste ano também foi aprovado o Factory Act, ou seja, uma legislação protetora do trabalhador de fábrica, onde ainda não regulava a jornada de trabalho de dez horas, que só veio a ocorrer após forte reação de sindicatos que conseguiram a regulamentação de oito horas, não pela legislação, mas pela recusa em massa de trabalhar além deste período (SINGER, 2002, p. 32).

² COLE argumenta que as bolsas não poderiam ter preços diferentes do comércio em geral, porque se o fizessem venderiam os produtos mais baratos rapidamente e os mais caros não conseguiriam vender. Isso só ocorreria se houvesse conversibilidade entre as notas de trabalho e as libras esterlinas, e para obter as notas de trabalho era preciso vender algo na bolsa, sendo esse produto cooperativo, com isso podemos dizer que o mercado cooperativo é um mercado fechado e poderia praticar preços diferentes dos do comércio (in: SINGER, 2002).

Ainda no ano de 1833, todo esse movimento sofreu reações dos empregadores, que demitiram todos os trabalhadores que pertenciam a sindicatos, principalmente o Sindicato dos Trabalhadores em Construção Civil. Essas lutas foram cruéis e longas, se estendendo por vários centros e só tendo fim com a derrota dos trabalhadores. Em resposta à demissão de sindicalizados, os mesmos abriram cooperativas operárias e tentaram vender seus produtos nas bolsas de trabalho em todo o país, e para conseguir manter-se passam a cobrar uma taxa extra de seus membros para garantir fundos para os tecelões excluídos (SINGER, 2002, p. 33).

Esse levantamento histórico aponta para o papel fundamental desempenhado pelas idéias e práticas desenvolvidas por Robert Owen, que incentivou a formação de cooperativas e a vivência sem objetivar o lucro, procurando eliminar ou minimizar os efeitos da exploração do homem pelo homem.

É importante destacar também que o pensamento originário das cooperativas espalhou-se pelo mundo. Já na década de 1840 um grupo de pessoas, entre eles Hermann Schultze Delistsch, deu início a formação de cooperativas nos Estados Alemães, trabalhando especialmente entre artesãos e pequenos comerciantes. Da Alemanha, foram surgindo experiências semelhantes também na Itália e França, chegando na África no ano de 1900. Em todas essas regiões estas iniciativas eram movidas nas cinco áreas tradicionais do cooperativismo: (1) consumo; (2) produção industrial; (3) poupança e empréstimo; (4) produção agrícola; (5) serviços (DECLARACION SOBRE LA IDENTIDAD Y LOS PRINCIPIOS COOPERATIVOS, 1995, p. 4).

Para organizar de forma harmoniosa esse movimento, surge em 1895 a Aliança Cooperativa internacional, que tinha por objetivo ajudar as cooperativas em dificuldades e dar apoio à aquelas que estavam prosperando.

Na América as cooperativas surgem inspiradas nas tradições indígenas de cooperação espontânea. Como exemplo temos os incas e os astecas que tinham formas expressivas de solidariedade e cooperação no trabalho e na vida em geral.

Eles também se preocupavam em comercializar produtos agrícolas e de pesca o mais eficientemente possível, levando em conta a preocupação social de melhorar a vida do grupo. Já no século XX, podemos encontrar cooperativas na maior parte da América Latina, desde cooperativas agrícolas, até cooperativas financeiras (destaque para o Brasil e Argentina), cooperativas de consumo e cooperativas de saúde (RECH, 1991, p. 9).

Observamos que as cooperativas apresentam de forma concreta a Economia Solidária, no que se refere a cooperação, pois agrega valores de ajuda mútua e colaboração. Isso faz da Economia Solidária ser uma das alternativas diferentes no capitalismo, aparecendo não somente na produção, mas também em experiências no crédito e no consumo. Podemos dizer então que é uma forma de organização dentro do sistema capitalista, mas com características próprias que assume relações de produção e distribuição diferentes daqueles adotados pela sociedade.

1.2 FUNDAMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia Solidária é considerado um projeto de desenvolvimento que visa a justiça econômica e social e a democracia participativa (FORUM SOCIAL MUNDIAL, 2002, p. 26). Assentada em redes de colaboração solidária entre os diferentes setores da sociedade organizada, ela busca a democratização do poder, da riqueza e do saber, e estimula a formação de alianças estratégicas entre organizações populares para o exercício pleno e ativo dos direitos e responsabilidades da cidadania (FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 2002, p. 18).

O capitalismo se tornou dominante há tanto tempo que tendemos a tomá-lo como normal ou natural (SINGER, 2002, p. 07), o que implica que a economia de mercado deve ser competitiva em todos os sentidos. Podemos dizer que a competição pode ser boa sob dois aspectos: primeiro, ela permite que os consumidores possam escolher o que mais os satisfaz pelo menor preço e, segundo,

ela faz com que o melhor vença, pois aqueles que mais vendem, são os que mais lucram e crescem, enquanto as que não vendem acumulam prejuízos e perdem clientes e acabam por fechar. Quais os efeitos sociais dessa competição, o que acontece com os que ficam excluídos? Para onde vão os empregados e empregadores das empresas que fecham? SINGER (2002, p. 8) observa que em tese os mesmos continuariam tentando competir, embora na prática observa-se que isso não ocorre, pois ganhadores acumulam vantagens e perdedores acumulam desvantagens em competições futuras. Portanto, para o autor, o capitalismo produz desigualdade crescente, isolando perdedores dos ganhadores.

Segundo Paul SINGER (2002, p. 8), para uma sociedade mais igualitária e humana, é necessário que os participantes da atividade econômica cooperem entre si em vez de competir. Na sociedade capitalista, com a concorrência para obtenção do maior lucro, o emprego da cooperação não ocorre naturalmente.

Podemos então observar que a economia solidária começa a se desenvolver em setores excluídos do trabalho formal, ou seja, dentro de setores populares, onde o caráter solidário e associativo prevalece, e as atividades deixam de ser individualistas, formando pequenos grupos econômicos.

Então nota-se que a solidariedade é fator importante para que se organize de forma igualitária aqueles que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. Para que isso ocorra é necessário que pessoas na mesma situação social se associem, e não mais ocorram contratos entre os que tem mais com os que tem menos. Nessa associação solidária todos os sócios tem a mesma parcela do capital, dando direito a voto em todas as decisões, sendo este o principio básico da cooperativa de produção, com caráter solidário. Se a cooperativa precisa de diretores, estes são eleitos por todos os sócios e são responsáveis perante eles, ou seja, não há relação de subordinação (SINGER, 2002, p. 9).

A solidariedade na economia torna-se importante quando, de forma organizada, se traduz em emprego e inclusão social. LISBOA (1998, p. 16) expõe de maneira bastante clara a importância das experiências solidárias no campo econômico, afirmando que:

“A solidariedade é um conceito ausente dos manuais de economia. Mas, as relações comunitárias são muito fortes na “economia dos pobres”. Sem elas não é possível entender como aqueles tão pobres logrem constituir uma economia operando com baixa produtividade e recursos tão limitados – inclusive os descartados como obsoletos, ineficientes – e sem acesso ao crédito. Estes recursos se potencializam pela força da solidariedade, a qual, como um outro fator econômico, desencadeia uma sinergia comunitária.”

A competição fica ausente entre os sócios em empreendimentos solidários, pois quando progridem todos progridem juntos, acumulando capital, todos ganham igualmente, e do mesmo modo se ela for mal, todos os participantes acumulam dívidas e prejuízos por igual, sendo que é de responsabilidade de todos sua recuperação e quitação de débitos assumidos.

Temos claro que a desigualdade e a competição generalizada não é uma forma natural da economia. Elas são oriundas das formas de organização das atividades econômicas denominadas *modo de produção*³, sendo o capitalismo um modo de produção cujos princípios vão desde o direito à propriedade individual até o direito à liberdade individual, dividindo a sociedade em proprietária dos meios de produção e não proprietárias desses meios, sendo estes últimos aqueles que vendem sua força de trabalho à outra classe, tendo por resultado a competição entre os não proprietários, que tentam proteger seu emprego e a desigualdade provocada pela mesma.

³ Segundo MARX (1988, p. 20). Todo modo de produção possui uma determinação fundamental que é expressa pelo conceito de relações de produção e que serve de fundamento para todas as outras relações sociais. Marx demonstrou que a relação de produção (determinação fundamental) do feudalismo é a servidão: “em vez do homem independente, encontramos aqui toda a gente dependente, servos e senhores, vassalos e suseranos, laicos e clérigos. Esta dependência caracteriza tanto as relações de produção quanto todas as outras esferas da vida social, às quais serve de fundamento”

A economia solidária surge dentro desse modo de produção, mas de forma crítica e com outros princípios como: a propriedade coletiva e o direito a liberdade individual, onde todos são responsáveis pelo que produzem, havendo somente uma classe, a de trabalhadores que possuem o capital e igual poder de decisão de seus membros em cada cooperativa ou sociedade econômica (SINGER, 2002, p. 35).

Em uma empresa capitalista os trabalhadores ganham salários desiguais, conforme seu cargo ou função, sendo livre para optar por melhores salários, ou seja, ocorre uma interação entre a oferta de trabalhadores que vendem sua força de trabalho com a demanda, as empresas que compram sua força de trabalho. A rivalidade entre os trabalhadores ocasionada por essa interação e também por um escalonamento de salários provoca diferenças e exclusões, por isso muitas vezes os empregadores dão a alguns aumentos disfarçados de bônus, seguro-saúde e outros, de forma que os beneficiados não protestem e a rivalidade se mantenha.

Na empresa solidária, os participantes não recebem salário mas retiradas, conforme a receita obtida, ocorrem assembléias onde todos decidem coletivamente e decidem se as retiradas serão iguais ou diferenciadas. Há empresas em que as retiradas são iguais, por questão de princípio ou porque os trabalhos que executam são idênticos (SINGER, 2002, p.12).

Segundo SINGER (2002, p. 12), há empresas solidárias que adotam as retiradas diferenciadas, por separar o trabalho manual do trabalho intelectual, fixando limites entre a maior e a menor retirada. As razões que levam a essa forma de retirada varia, muitas vezes em função dos cooperados estarem acostumados com a hierarquia do sistema capitalista, em outras por ser uma forma de manter a colaboração do cooperado mais qualificado. Paga-se melhor a técnicos e administradores para que no conjunto dos sócios a cooperativa alcance ganhos

maiores, inclusive para aqueles que têm retiradas menores.⁴ Há diferenças entre trabalhar em uma empresa capitalista e uma empresa solidária, ambas trabalham com ganhos diferenciados de acordo com os critérios do mercado de trabalho. Na empresa capitalista os salários são escalonados tendo em vista maximizar os lucros, e suas decisões são tomadas por dirigentes cuja posição tenderá a ser ameaçada se os lucros forem menores que a média das empresas capitalistas. Na empresa solidária há um controle quanto à importância das retiradas, por isso são decididas em assembleias e por todos os sócios, que tem por objetivo assegurar que as retiradas sejam boas para o conjunto dos cooperados, principalmente para a maioria que recebe as menores retiradas. Quando se observa a forma que se dá a repartição dos ganhos dentro da empresa solidária é que podemos entender o seu verdadeiro objetivo: promover essa economia para dar trabalho e renda a quem precisa e difundir um novo modo de organização, onde prevalece a democracia e a igualdade (SINGER, 2002, 13).

1.2.1 A Autogestão e Heterogestão

A autogestão é considerada o diferencial entre economia capitalista e economia solidária. Na economia capitalista podemos ver a heterogestão, ou seja, uma administração hierárquica, formada por níveis sucessivos de autoridade, onde as informações fluem de baixo para cima, e as ordens de cima para baixo, não havendo necessidade dos trabalhadores do nível mais baixo saber além daquilo que precisam para realizar suas tarefas. A medida que sobe na hierarquia seu conhecimento sobre a empresa aumenta, mas não é totalmente repassado esse conhecimento (em tese deveria, pois a medida que sobe na hierarquia cabe ao empregado tomar decisões estratégicas da empresa, no entanto determinados

⁴ Esse modelo de empresa solidária pode ser observada no agrupamento cooperativo de Mondragon, no País Basco(Espanha) que entre seus princípios esta a Solidariedade Redistributiva, na internet: <http://mondragon.mcc.es>

conhecimentos ficam somente disponíveis para os proprietários da empresa) (SINGER, 2002, p. 18).

Paul SINGER (2002, p. 18) nos coloca que a heterogestão para atingir seus objetivos, precisa do máximo de cooperação entre os empregados, que se distribuem em setores, seções, departamentos, etc.... A cooperação e a competição aqui é paradoxal, pois se você coopera com seu colega você o fortalece e ele pode tomar seu lugar, se o contrário acontece toda a empresa pode fracassar. Dentro dessa contradição procura-se extrair o máximo de trabalho e eficiência das pessoas envolvidas.

Na empresa solidária a administração é democrática, ou seja, na forma de autogestão. Quando a empresa é pequena as decisões são tomadas em assembleias, que ocorrem conforme a necessidade e por curtos intervalos. Quando as empresas são grandes as decisões são tomadas por delegados eleitos pelos sócios nas seções ou departamentos, esses delegados podem tomar decisões de rotina. Observa-se que quando as empresas solidárias são de grandes dimensões, existe hierarquias de coordenadores, encarregados ou gestores, eleitos pela base, onde as ordens e instruções fluem de acordo com as decisões da assembleia. Estes coordenadores também atendem às demandas de informações, dos níveis mais altos. Na autogestão portanto são os delegados responsáveis pelos demais e pelo desenvolvimento da atividade, sendo a assembleia a maior autoridade de todos os sócios (SINGER, 2002, p.18).

Para que a autogestão se realize plenamente é necessário que todos os trabalhadores envolvidos tenham corresponsabilidade social, que se informem do que ocorre na empresa e busquem alternativas de soluções para cada problema, ou seja, exige um esforço adicional de cada membro na empresa solidária, que além de cumprir as tarefas de seu cargo, deve se preocupar com o desenvolvimento geral da

empresa (problemas e soluções). Normalmente esse esforço produz ótimos resultados, como cumprir metas ou atingir algum objetivo que todos desejam. O fato de estarem todos a par da situação contribui para cooperação inteligente entre os sócios, sem necessidade de competição.

A autogestão corre risco de não funcionar quando ocorre um desinteresse dos sócios, recusa ao esforço adicional normalmente necessário para manter a empresa ou quando decisões importantes passam a ser tomadas somente pela direção, o que muitas vezes gera conflito entre os sócios (conflitos de interesses e disputas). A lei do menor esforço pode corroer a forma democrática da autogestão, quando os gestores precisam tomar decisões importantes e urgentes sem haver tempo de consultar outros sócios; então nas assembléias os problemas e soluções são relatados já como fatos consumados sendo muito raro encontrar quem queira discutir se a solução encontrada foi a melhor, aprova-se rapidamente e sem muita atenção os relatórios apresentados pelos gestores. Se essa desatenção vira hábito, as informações começam a ficar somente na mão de poucos responsáveis, que podem tomar decisões erradas quanto ao destino dessa empresa (SINGER, 2002, p. 21).

1.2.2 Economia Solidária: Formação de Redes

Para MANCINI(1999, p. 26), a economia solidária poderia estar protegida da competição das empresas capitalistas, pois a demanda é motivada ideologicamente, ou seja, existiria um consumo solidário, que busca dar preferências a bens e serviços produzidos por empreendimentos solidários, como apontam diversas experiências do comércio justo, existentes na Europa e outras partes do mundo. Essas experiências procuram convencer o público de que deve-se comprar não em função do seu proveito individual (a melhor mercadoria em termos de preço e qualidade), mas em função do modo como esses bens e serviços foram produzidos. Isto porque deve-se ter por finalidade indireta promover o bem-viver do conjunto da sociedade (manter

empregos, reduzir jornadas de trabalho, preservar ecossistemas, garantir serviços públicos e não-estatais, ...) é o que MANCE denomina de consumo solidário.

Ainda nesse texto MANCE (1999, p. 47) desenvolve uma análise sobre a constituição e o desenvolvimento das redes⁵ de colaboração solidária, que seria uma alternativa à concentração e à exclusão do mercado consumidor capitalista, sendo essa exclusão fator essencial para o surgimento de unidades produtivas comunitárias de pequeno porte, encontrando soluções à geração de emprego e renda que satisfaçam as demandas de consumo desses excluídos.

Para MANCE (1999, p. 47), as redes de colaboração solidária se fundamentam em elementos básicos: a) células de consumo e de produção, b) conexões entre elas e c) fluxos de materiais, de informação e de valor que circulem através da rede. Quanto ao primeiro elemento ele destaca os seguintes aspectos: a descentralização, pois não há um núcleo central e cada célula pode gerar novas redes complexas; a gestão participativa, a coordenação, eleita democraticamente com mandato revogável; e a regionalização, organizando-se desde as células de consumo até as instâncias regionais e mundial. Quanto às células, primeiro ele as divide em tipos (células de consumo, células de produção e células de serviço) e, em seguida, descreve as fases de seu surgimento e sua dinâmica. Em relação às fases de surgimento das células aponta a projeção (proposta de incorporação), a avaliação e à realização (período em que a nova célula está sendo efetivada).

Já quanto à dinâmica, mostra a conectividade da célula com as demais, o que permite um crescimento seguro para toda a rede. A produção deve ser analisada considerando-se o valor da reposição e o valor excedente para permitir o

⁵ O termo rede tem sido empregado com frequência com sentidos diversos, por muitos movimentos sociais, ONGs e intelectuais que atuam junto a essas organizações. A idéia elementar é de uma articulação entre diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente. MANCE (1999, p. 24)

reinvestimento e o desenvolvimento de novas células. Por fim, o consumo é efetivado por todas as células e pode realimentar a rede como um todo, quando as células de produção e serviço forem capazes de atender tal demanda.

2 COOPERATIVA POPULAR E SOLIDÁRIA

Existem inúmeras práticas de relações econômicas e sociais, denominadas muitas vezes, como Economia Solidária, outras vezes como economia popular ou socioeconomia, etc..., que, de imediato, propiciam a sobrevivência e a melhora da qualidade de vida de milhões de pessoas em diferentes partes do mundo. São práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por novos valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação de capital. As experiências, que se alimentam dos princípios do cooperativismo gerado em Rochdale, Inglaterra, em meados do século XIX, aperfeiçoados e recriados nos diferentes contextos socioculturais, ganharam múltiplas formas e maneiras de expressar-se, mesmo com essa diversidade, a valorização do trabalho humano, a promoção das necessidades básicas como eixo da atividade econômica e comercial, fundada na solidariedade, na relação respeitosa com a natureza e os valores da cooperação e da solidariedade parecem ser pontos de convergência (FORUM SOCIAL MUNDIAL, 2002, p. 10).

Dentro desse contexto observamos que as cooperativas populares são sociedades civis que privilegiam os aspectos éticos e de caráter social. As regras são estabelecidas pelos cooperados que com sua participação garantem sua legitimidade, na medida em que, são essas normas que concretizam os princípios cooperativos como práticas sociais, baseadas nos valores da ajuda mutua, da solidariedade, da democracia (INTEGRAR COOPERATIVAS, 1999, p. 32).

Por consequência da competição do mercado e como forma de conseguir manter-se em atividade, muitas vezes os cooperados vão em busca de algumas soluções a fim de se manter um efetivo êxito destas atividades cooperativistas, como cita PINHO (1977, p. 58):

“Na busca de novas dimensões, para atender às necessidades dos cooperados e às exigências impostas pela competição da economia de mercado, as cooperativas se fortalecem, unindo-se entre si em plano vertical (centrais, federações, confederações etc.), horizontal (fusões, incorporações, desmembramentos etc.) ou misto. Ou saltam etapas de múltiplos tipos (pools de compra e de venda, condomínios de indústrias etc.). Ou, ainda, adquirem o controle acionário de empresas-não-cooperativas, o repasse de incentivos fiscais etc., transformando-se em complexos agregados ou hipercooperativas de âmbito multinacional.”

Optar pela cooperativa unida à lógica da economia solidária, vai além da motivação econômica de uma pessoa: há a necessidade de se ter uma consciência coletiva, tendo claro que todos tomarão as decisões juntos. Não há uma decisão imposta aos demais, o envolvimento é multilateral, todos devem saber o que acontece dentro da cooperativa, ou seja, a participação se faz essencial, com isso, constata-se que nem todas as pessoas se enquadram neste perfil, muitas preferem ainda a presença do patrão, que lhes diz o que deve ser feito e não há necessidade de um maior envolvimento nas questões que vão além das atribuições dadas aos seus postos de trabalho. Podemos encontrar cooperativas que podem estar ou não conectadas à economia solidária, a diferença está em como os indivíduos se utilizam desta forma de geração de emprego e renda. Uma cooperativa popular e solidária, terá um cunho social mais destacado, onde a cooperação de seus membros está em primeiro lugar. GAIGER (1999, p. 9) menciona que:

“... vale destacar a renovação do cooperativismo em vários setores econômicos. Contrapondo-se ao conservadorismo político e ao perfil empresarial do cooperativismo tradicional, proliferam hoje em dia novas cooperativas de trabalhadores, nos segmentos de consumo, produção, comercialização e serviços. Seu ideário evidencia algumas das reorientações no pensamento da esquerda e reafirma valores históricos do movimento operário e popular, tais como o direito a condições dignas de vida, a desalienação do trabalhador e a democracia substantiva”.

Podemos definir as cooperativas em dois tipos básicos, observando sua estrutura funcional, PINHO (1977, p. 14) distingue estas duas da seguinte forma:

“a) cooperativas de pessoas físicas, que se associam para exercício de funções auxiliares de sua atividade empresarial (agricultores, artesãos, comerciantes, pescadores, etc.) ou para o exercício de trabalho em comum, ou ainda para a satisfação das necessidades das unidades domésticas;

b) cooperativas de pessoas jurídicas, que resultam de variadas formas de concentração de cooperativas entre si, ou de cooperativas com sociedades-não-cooperativas, para a prestação de serviços aos associados em condições de economia de escala, redução dos custos, ganhos de produtividade, integração, integração de atividades econômicas complementares, aprimoramento de métodos administrativos, gerenciais e tecnológicos, etc.”

As cooperativas populares são formadas por pessoas físicas na sua maioria por cooperados que vieram do trabalho informal, de áreas sem organização, como os coletores de lixo, que fazem atividades de reciclagem, costureiras, mulheres que trabalham na produção de alimentos, artesãos, etc..., a organização por grupos de qualificação também ajudou a tornar estas atividades em algo mais rentável e qualificado (INTEGRAR COOPERATIVAS, 1999, p. 32).

Além da origem dos associados, o cooperativismo popular se define por princípios que norteiam suas atividades, seu relacionamento com outras cooperativas e com a sociedade em geral. Essas cooperativas têm por finalidade a prestação de serviços aos seus associados para o exercício de uma atividade-comunitária sem visar lucro (INTEGRAR COOPERATIVAS, 1999, p. 32).

2.1 COOPERATIVAS POPULARES: SEUS PRINCÍPIOS

Na formação de cooperativas populares, podemos verificar a importância dos princípios que regem tal organização, pois são nesses princípios que constatamos o seu caráter solidário. Dentre os princípios a questão da composição já demonstra a preocupação com nível social dos membros, pois na sua formação encontramos na sua maioria, moradores de áreas de baixa renda, formada por profissionais normalmente de um mesmo ramo, que estão desempregados, ou vivenciando situação de precarização do trabalho.

A constituição do capital demonstra a preocupação com a autogestão e a solidariedade, a força de trabalho é o principal capital, senão o único de que dispõem no processo de formação da cooperativa os ganhos são repartidos igualitariamente entre todos os associados. A gestão é democrática e sua diretoria é eleita entre os associados periodicamente, com renovação garantida de pelo menos 2/3 da direção, decisões são tomadas em assembléias e registradas em atas, existe ainda um conselho fiscal e comissão de ética (INTEGRAR COOPERATIVAS, 1999, p. 33).

Quanto ao seu desenvolvimento, prevalece a autogestão pois as tarefas são realizadas pelos associados não havendo terceirização em nenhuma das atividades afins. A gestão é feita por instrumentos como estatuto, regimento, fundos, atas, e para poder participar o associado deverá participar das assembléias, fazer cursos de capacitação.

Há uma preocupação social, a cooperativa deverá contribuir para a melhoria de sua comunidade. Priorizando o ingresso de pessoas da comunidade na cooperativa, contribuindo com um percentual mínimo de 1% das sobras para o fundo intercooperativo (INTEGRAR COOPERATIVAS, 1999, p. 33).

A questão da distribuição da renda, se dá de forma organizada, ocorrendo uma remuneração pelo trabalho, sendo o valor definido em assembléia, onde todos os integrantes cooperados participam, havendo divisão eqüitativa das sobras, não sendo permitido a concentração de quota-parte, sendo as sobras reinvestidas na própria cooperativa. A solidariedade dentro da cooperativa aparece, como uma qualidade das organizações autogestionárias, sendo encontrada nas relações de trabalho desenvolvidas no seu interior e mesmo na relação entre cooperativas (MAIA, 2003, p. 20).

3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

O cooperativismo chegou no Brasil no começo do século XX, vindo com os imigrantes europeus. Eram principalmente cooperativas de consumo nas cidades e cooperativas agrícolas no campo. As cooperativas de consumo serviam basicamente para proteger os trabalhadores da carestia tal qual se verificou na Europa. Nas décadas mais recentes, com a entrada de grandes redes de hipermercados, muitas cooperativas de consumo perderam mercado e acabaram por fechar; já as cooperativas agrícolas se expandiram e algumas se transformaram em grandes empreendimentos agro-industriais e comerciais, porém não são autogestionárias, pois as pessoas que as operam e as dirigem são assalariadas (SINGER, 2002, p. 122).

Já com a crise social dos anos 80, em que foram perdidos milhões em posto de trabalho, acarretando desemprego em massa e exclusão social, a economia solidária reaparece no Brasil, assumindo em geral a forma de cooperativa ou associação produtiva, em diferentes segmentos, sempre autogestionárias. Ainda nos anos 80, a Cáritas, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), ajudou com financiamentos milhares de pequenos projetos denominados de Projetos Alternativos Comunitários (PACs), com objetivo de gerar trabalho e renda de forma associada a moradores das periferias pobres das grandes metrópoles brasileira e também da zona rural de diferentes regiões do país. Na sua maioria os PACs se transformaram em unidades de economia solidária, alguns ainda dependentes de ajuda da Cáritas e outros se consolidando economicamente mediante a venda de seus produtos no mercado (SINGER, 2002, p. 123).

Outra forma que encontramos de cooperativas autogestionárias, são as empresas falidas ou em via de falir que foram tomadas pelos trabalhadores e de forma organizada conseguiram manter a produção e seus postos de trabalho transformando-se em seus próprios patrões. Podemos constatar que esse movimento teve início nos anos 90 com a falência da empresa de calçados Makerli, de Franca

(SP), que deu lugar a criação da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), onde hoje já estão filiadas mais de uma centena de cooperativas. Existe ainda empresas que tem por preocupação gerar fomento e apoio à transformação de empresas em crise em cooperativas de trabalhadores, como é o caso da empresa UNISOL (União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo) (SINGER, 2002, p. 123).

Existem espalhados pelo Brasil várias modalidades de economia solidária, forma encontrada de organização também no MST, onde foi criado no início dos anos 90 o Sistema Cooperativo dos Assentados (SCA), hoje é possível encontrar o SCA em diversos Estados, organizado em três níveis: Cooperativas de Produção Agropecuária, Cooperativas de Prestação de Serviços e Cooperativas de Crédito (SINGER, 2002, p. 124).

Constatamos a existência de outra modalidade de economia solidária, que são as empresas de autogestão na linha de crédito, ou seja, banco cooperativo. O exemplo mais claro que podemos citar seria o Banco Popular do Conjunto Palmeira (o banco Palmas), criado no final dos anos 90 por uma associação de moradores com ajuda de uma ONG francesa, como forma de buscar melhores condições de vida no bairro, região bastante pobre e na sua maioria moradores de baixa renda⁶, possuía por objetivos estratégicos: - impulsionar uma estratégia local de enfrentamento da pobreza, resgate da solidariedade, reforçar e fomentar espaços de articulação e diálogo entre governo local e sociedade civil. Criaram instrumentos econômicos que puderam ser utilizados pelo poder público, como a criação do *PalmaCard*, cartão de crédito aceito em 94 pontos comerciais dentro do bairro, microcréditos para produção e comercialização, créditos para reformas de moradia, feira de produtores,

⁶ A população desse bairro era de 30 mil habitantes, sendo 80% da população vivendo abaixo de dois salários mínimos, segundo informação do Jornal da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária, ano I, jan/2001, n 1.

balcão de empregos e escola de socioeconomia. (REVISTA DE SOCIECONOMIA, JAN/2001, p. 8)

Existe ainda outro experimento da economia solidária no Brasil, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS). Formadas por cooperativas e grupos de produção associadas. Incubados por entidades universitárias multidisciplinares integradas por professores, alunos de graduação, pós-graduação e funcionários, pertencentes aos mais variadas áreas de conhecimento, que atendem grupos que desejam trabalhar e produzir em conjunto, dando-lhes formação em cooperativismo e economia solidária, bem como apoio técnico, logístico e jurídico, para que possam viabilizar seus empreendimentos. Tem por objetivo utilizar os recursos humanos e o conhecimento para a construção de atividades autogestionadas, visando a inclusão no mercado de trabalho (SINGER, 2002, p. 124).

Já existem casos de prefeituras e governo de estado contratarem as Incubadoras Técnicas de Cooperativas Populares e Solidárias (ITCPS), a Anteag, a UNISOL e outras entidades de fomento de economia solidária para capacitar beneficiados por programas de renda mínima, frentes de trabalho. O objetivo é utilizar essa forma de assistência social como via de acesso ao combate à pobreza, organizando aqueles que desejarem dentro das formas de produção associativa alcançarem o auto-sustento, utilizando seu próprio esforço (SINGER, 2002, p. 124).

A Central Única dos Trabalhadores (CUT), também no final dos anos 90, criou a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), que em conjunto com o Departamento de Estudos Intersindical de Estatísticas e Estudos sócio-econômico (DIESSE), vem difundindo conhecimentos sobre a economia solidária entre lideranças sindicais e militantes de entidades de fomento da economia solidária (FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 2002, p. 26).

No Fórum Social Mundial que se realizou em Porto Alegre em 2001, foi apresentada a Rede Brasileira de Sócio-Economia Solidária, integrada por diversas entidades de fomento da economia solidária de todo o país, é uma rede eletrônica de intercâmbio de notícias e opiniões, e hoje também promove o intercâmbio comercial entre as cooperativas e associações de produtores e consumidores (SINGER, 2002, p. 78).

O movimento da economia solidária no Brasil aqui apresentado de forma sintética não pretende atingir todo o seu universo, pois enquanto realizamos este levantamento é provável que outras iniciativas de economia solidária estejam acontecendo pelo interior do Brasil. Levantamos apenas casos que consideramos importantes para o contexto do trabalho em questão.

3.1 UMA VISÃO DO PARANÁ

No Paraná constatamos a existência de alguns movimentos que são considerados de economia solidária, bem como notamos uma real preocupação do Governo do Estado em multiplicar esse movimento. Conforme reportagem do Jornal Gazeta do Povo do dia 09 de setembro último, é destacado pela Secretária de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social o destino de 1,8 milhão para estimular a criação de associações ou cooperativas que tenham a autogestão como carro-chefe, sendo acompanhados 105 empreendimentos solidários.

Com o apoio de outras entidades, como a Incubadora Técnica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Paraná (UFPR), e a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), está sendo feito um trabalho que envolve o acompanhamento aos pequenos empreendedores até a consolidação dessas empresas. Outra forma de economia solidária que encontramos no Paraná é a manutenção de empresas que quebram ou abrem falência, neste caso

mantendo a empresa em operação, através da administração dos próprios funcionários, temos o caso da indústria de botões Diamantina Fossanesi, que faliu no início do ano em Curitiba. Temendo não receber seus pagamentos, os funcionários ocuparam a fábrica e mais tarde receberam autorização da Delegacia Regional do Trabalho permissão para assumir a gestão da empresa. No oeste do Paraná temos também o caso da fábrica de Fécula de Mandioca, que depois de fechada por três anos foi adotada por uma cooperativa de ex-funcionários e receberá cerca de 1,5 milhão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banco Regional do Extremo Sul (BRDE). Importante destacar que existe uma linha de crédito desses bancos voltada apenas para grupos de economia solidária e autogestão (GAZETA DO POVO, 09/09/2004, p. 3).

Encontramos organizações não-governamentais, que trabalham com a temática do desenvolvimento local sustentável na Região centro e centro-sul do Estado do Paraná, com princípios da agroecologia, das Redes de Colaboração Solidária e da autonomia das organizações populares, com o objetivo de melhoria da qualidade de vida e a conservação da natureza, como os grupos de agricultura ecológica de Irati e Fernandes Pinheiro (INFORMATIVO DA REDE SOL, 2004).

A Cooperativa de Embalagens Brasil – COEMBRA, é outro exemplo de empreendimento popular que vem desenvolvendo um trabalho para afirmar-se no mercado. Criada por moradores das vilas Maria e Uberlândia, do bairro Novo Mundo, na Cidade Industrial de Curitiba, com perfil dos cooperados é de pouca qualificação, passa por problemas financeiros atualmente e por assiduidade dos participantes (MAIA, 2003, p. 22).

No litoral do Paraná temos a Cooperativa Serramar, formado por pescadores e tiradeiras de siri e de bacuru em Antonina, região que depende da pesca artesanal

como fonte de subsistência, atividade voltada tanto para o autoconsumo como para o mercado.

Ao longo dos anos essa atividade veio sofrendo com problemas decorrentes da degradação ecológica, provocados tanto por poluição, como utilização incorreta dos recursos, e acidentes ocorridos com a Petrobrás nos anos de 1999 e 2000. Parte destes prejuízos foram ressarcidos somente em 2002, que por falta de recursos e desorganização contribuíram para danificar ainda mais essa atividade. A criação da cooperativa de Serramar tinha entre outros o objetivo de organizar os mariscadores de siri e bacuru, para que pudessem dispensar a figura do ‘atravessador’, um dos fatos que impedem o crescimento da renda pessoal e o desenvolvimento da população (MAIA, 2003, p. 23).

Em Curitiba, acessando na internet o site da Rede de Solidariedade (www.redesolidaria.org.br), encontramos vários trabalhos relacionados a economia solidária, como as panificadoras comunitárias, que existem há quatro anos na região dos bairros Sítio Cercado e Bairro Novo, e além disto, pode-se fazer compras solidárias, trocas de experiência e fazer novos contatos em relação a trabalhos efetuados em economia solidária, que estão organizados de maneira a formar redes de consumo, trocas e solidariedade.

3.1.1 A Rede de Solidariedade

A Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBES), nasceu em junho 2000 no encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidária, realizado em Mendes - RJ, reunindo organizações de economia solidária de diversas regiões do país. Formou-se a RBSES, bloco histórico em formação, onde confronta o sistema e a globalização capitalista. Parte de um projeto de construção de baixo para cima, afirmando os valores do trabalho emancipado, propriedade e gestão cooperativas dos

meios de produzir as riquezas e reproduzir a vida, a constituição de sujeitos do seu próprio desenvolvimento pessoal e social e o combate a toda forma de opressão e exploração econômica, política e cultural (FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 2002, p. 75).

As redes são compostas por famílias, que produzem gêneros para alimentação, vestuário, higiene e limpeza, tais como pão, macarrão, sabão, roupas, aves e outros animais para consumo doméstico, hortaliças, frutas, etc..., é uma prática habitual em muitas regiões (inclusive na periferia de Curitiba/PR). Nos períodos de crise econômica e aumento do desemprego a produção familiar aumenta, em inúmeros casos, por uma produção comunitária que se organiza em função das necessidades imediatas e que surge de maneira quase espontânea, sem nenhuma perspectiva estratégica de pretender constituir-se, a longo prazo, em uma alternativa auto-sustentável. Em outros casos, essas atividades produtivas surgem por iniciativas de organizações não governamentais, igrejas, governos e grupos de solidariedade internacional sendo, parte delas, assessoradas para alcançar tal objetivo. O conjunto dessas atividades produtivas, entretanto, é muito significativo. A gestão da rede ocorre de maneira democrática, pois a mesma depende da colaboração solidária, o que supõe a adesão e participação livre de cada pessoa. Tem aspectos como a descentralização, gestão participativa, coordenação, regionalização (FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 2002, p. 67-68)

Considerando-se apenas uma parcela das experiências comunitárias de produção e prestação de serviços, catalogadas pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) há alguns anos, em um dos estados brasileiros, temos o seguinte quadro, extremamente diversificado, de ações e empreendimentos nas áreas de: a) cultivos e culturas (cultivo de hortas, pomares, lavouras e sítios; criação de galinhas, coelhos e peixes, etc), b) transformação (marcenaria, olaria, sapataria, malharia, padaria, moenda comunitária, moinho

colonial; confecções de panos de prato, acolchoados, roupas, tapetes e chinelos; artesanatos em vidro, em palha de milho, bambu ou cipó; produção de materiais de pesca, vassouras, sabão e outros produtos de limpeza; produção de leite de soja, doces e vinagre; corte de poliedros, produção de artefatos de concreto; construção civil, etc) e c) serviço (capina, desmatamentos, manutenção de áreas verdes, mutirões de saneamento, pavimentação, reprocessamento e incineração de lixo; colheita de algodão, mutirão escolar, lavanderia comunitária, coleta de papéis e materiais recicláveis, consertos de sapatos, reformas de roupas usadas, etc). Muitos desses empreendimentos, organizados "...sob a forma de microempresas... visavam garantir renda aos seus participantes através da comercialização da produção junto à população de baixa renda dos mercados locais."(REDE SOLIDÁRIA, 2004)

Existem cadeias produtivas, onde produtores e consumidores atuam de forma cooperativa e solidária, integrando a produção, comercialização, consumo, crédito de maneira harmônica e interdependente, coletivamente e democraticamente planejado gerido pelos participantes. Para participar na rede é necessário preencher alguns critérios básicos: não haver exploração do trabalho, opressão ou dominação nos empreendimentos, buscar preservar o equilíbrio dos ecossistemas, compartilhar significativas parcelas do excedente para a expansão da própria rede, autodeterminação dos fins e autogestão dos meios, em espírito de cooperação e colaboração (MANCE, 2004).

Segundo o relatório da I Feira de Economia Solidária de Curitiba, ocorrido em 2001, na cidade as primeiras experiências das Redes de Socioeconomia Solidária surgem no ano de 1999, quando ocorreu a feira de economia solidária na Paróquia São Pedro Apóstolo. Nesta feira surgem produtores e consumidores que começam a ser chamados de prossumidores. O trabalho ganha força e dimensão quando, no ano de 2001 acontece a I Mostra e Feira de Economia Solidária de Curitiba, onde

participaram, além dos integrantes da rede iniciada em 1999, artesãos e desempregados que já estavam se organizando no CECOPAM na região sul da cidade, como também grupos que começam a surgir em outras partes da cidade. Atualmente encontramos participantes da rede organizados em diversos grupos ou clubes de troca de economia solidária, como citado no Informativo da Rede Sol, descrito no capítulo anterior.

As Redes de Consumidores, são um modelo ainda bastante incipiente no Brasil, conforme é relatado no Fórum Social Mundial (2002, p. 70). Trata-se de uma nova maneira de consumir, criada para favorecer o acesso a produtos naturais (confiáveis) e a preços justos, eliminando o atravessador e valorizar socialmente os produtores das mercadorias. Estão cadastrados nestas redes vários profissionais e serviços por ela ofertados: são artesãos e desempregados de várias cidades paranaenses e também de Curitiba, muitos da Região Sul da cidade, além do CECOPAM que através de seus participantes, artesãos, desempregados, se faz representar integrando-se a rede.

3.1.2 O Clube de Trocas

Participam desses clubes de troca pessoas que privilegiam os valores humanos e sociais. As redes de trocas solidárias são formadas por mutirões, que podem ser encontrados em diferentes bairros e cidades do país. Lá as pessoas se reúnem a fim de adquirir produtos e serviços sem a intervenção do dinheiro e sim por meio da troca recíproca entre seus participantes.

Para viabilizar trocas mais complexas foi criada a moeda social, que equivale a uma hora de trabalho manual ou intelectual. O nome desta moeda varia de região para região. No Brasil temos no Rio de Janeiro a moeda social TUPI e em São Paulo chama-se BÔNUS e em Florianópolis, ECOSSOL. A moeda social não é um sistema alternativo e sim complementar à economia. Ela é produzida, distribuída

e controlada pelo seus usuários. Por isso, seu valor está no trabalho utilizado para produzir os bens, serviços, saberes e depois trocar com o resultado do trabalho dos outros. A moeda enquanto tal não tem valor até que comecemos a trocar trabalho com trabalho. Aí então, ela vai servir de mediadora destas trocas. Um elemento importante é que não está ligada nenhuma taxa de juros. Por isso não interessa a ninguém guarda-la, entesoura-la. Interessa, sim troca-la continuamente por bens e serviços que venham responder as necessidades dos indivíduos participantes. Esta moeda é sempre um meio, nunca um fim. Não será inflacionária nem jamais poderá ser usada para especulação (REVISTA DO COMERCIO, 2002, p. 38).

As Redes de Trocas Solidárias, além de contribuir para satisfazer diversos tipos de necessidades, proporciona a muitas pessoas a possibilidade de recuperar o potencial de trabalho perdido, estreitar laços de amizade e a capacidade de gerar trabalhos compartilhados com pessoas de condições parecidas e diferentes. Desta forma, permite elevar a autoestima e os valores e capacidades humanas, que são excluídos pelos processos de marginalização social. Trata-se de uma forma de se vivenciar a economia solidária o clube de trocas é um empreendimento informal, em que os participantes são chamados de prossumidores⁷(ECONOMIA POPULAR SOLIDARIA, 2004, p. 29).

⁷ Aqueles que são produtores e consumidores, segundo Mance

4 O CECOMA: ORIGEM E MUTAÇÃO

Segundo o relatório do Cecopam (2001, não paginado), na década de 70, a região sul de Curitiba-PR, havia se transformado em um dos pontos da cidade onde a população buscava formas alternativas de lutar contra a carestia. Nesses anos houve uma unificação das associações de moradores das regiões do bairro Xaxim, Pinheirinho e Alto-Boqueirão, com o objetivo de melhorar a forma de atuação dessas associações dentro de seus bairros e na própria cidade. Foi nesse contexto que nasceu a idéia de se criar um espaço onde estas associações pudessem de forma organizada ajudar no abastecimento da população mais carente da região. O Centro Comunitário de Manutenção (CECOMA), nasceu com o objetivo de conseguir produtos, principalmente alimentícios, a custos mais baixos, diretamente na Central de Abastecimento de Curitiba (CEASA) ou com pequenos produtores.

Naqueles anos, havia poucos supermercados em toda essa região e não havia programas oficiais de abastecimento, o que determinava maiores gastos dos consumidores em deslocamentos. Cabe destacar que nesse período a região possuía poucas linhas de ônibus e era considerada a periferia da cidade. Com uma inflação que corroía os salários rapidamente reduzindo o poder de compra da população, o CECOMA cumpriu com seu objetivo, pois conseguiu durante muitos anos disponibilizar um abastecimento de alimentos à preços populares, sendo uma ponte de ligação entre as famílias da região e produtores. Manteve também uma loja de produtos de horti-frutigranjeiros, que comprava diretamente de produtores e revendia a preços acessíveis a população.

Foi através de reivindicações do CECOMA, que de forma organizada conquistaram aos poucos melhorias no abastecimento para a região, criando-se as “compras comunitárias” da Ceasa, o “mercado popular”, os “armazéns da família” da prefeitura, e as feiras – livres. Dessa forma, o CECOMA ajudou milhares de

famílias desde a Vila São Pedro até o Jardim Paranaense, contribuindo na criação de infra-estrutura e abastecimento alimentar na região sul de Curitiba. As mudanças estruturais ocorridas na década de 80 e 90 e as crises dos planos econômicos⁸ mudaram a realidade da região que desenvolveu-se localmente com pavimentação, programas oficiais de abastecimento, mais linhas de ônibus, e a implantação de supermercados grandes. Tudo isso fez com que o CECOMA entrasse em crise, restando apenas na área de abastecimento o funcionamento da loja de frutas e verduras, que visava o auto sustento da entidade e funciona como reguladora de preços dos outros comerciantes, que fixavam seus preços próximos dos ali praticados.

Segundo relatório do CECOPAM (2001, não paginado), no ano de 1996, com o auxílio do Centro de Formação Urbana e Rural Irmã Araújo (CEFURIA) e assessoria de um técnico em abastecimento do Deser (Departamento Sindical de Estudos Rurais), foi realizado um estudo detalhado do abastecimento na região. Posteriormente foi realizado um seminário, a Diretoria do CECOMA junto com outras entidades pautaram várias pistas para reflexão sobre o seu papel relacionado ao abastecimento. Após um longo processo de consulta e reflexão com a comunidade, associações de moradores da região e o CEFURIA sobre a história da entidade e seu papel na realidade da região, estudou-se a possibilidade de novas propostas e objetivos para a entidade.

⁸ Nesse período tivemos a implantação dos planos Cruzado (1986), bresser (1987), Verão (1989), Collor I (1990) e Collor II (1991) – para melhor entender ler Bases para uma estratégia gradualista de expansão – Fabio Giambiagi – texto para discussão n.102 – BNDES/2003

4.1 O NASCIMENTO DO CECOPAM

O Centro Comunitário e de Proteção Alimentar Padre Miguel (CECOPAM), cuja alteração do nome ocorre em assembléia em 05 de dezembro de 1998, nasce com o objetivo de defender os interesses de consumidores na área de abastecimento e qualidade alimentar de Curitiba e Região Metropolitana, com sede à rua Mahatma Gandhi, 176, Xaxim, Curitiba – PR (ESTATUTO, 2000, p. 1).

Com a criação da entidade se fez necessário o desenvolvimento de um estatuto, em que os próprios participantes desenvolveram normas e critérios para seu funcionamento. Após reuniões com as comunidades Eclesiais de Base da igreja Católica, associações de moradores da região, chegou-se ao formato que hoje se apresenta, deixando claro seu caráter filantrópico e de apoio as famílias carentes da região, criando espaços para cursos, treinamentos, e ações de solidariedade.

Nos objetivos específicos da entidade encontramos os seguintes compromissos: a) Defesa econômico e social às famílias carentes, na medida do possível, de acordo com os meios disponíveis e com a política traçada pela Assembléia Geral; b) Promover cursos, encontros e campanhas visando conscientizar a comunidade para uma boa e saudável alimentação, proporcionando os meios necessários para isto; c) Fortalecer a organização econômica, social, cultural e política de seus associados; d) Incentivar a produção de bens e serviços pelos seus associados e organizar a economia solidária; e) Organizar feiras especiais com venda direta produtor-consumidor; f) Realizar convenções coletivas de consumo com o comércio em geral; g) Divulgar e incentivar métodos de alimentação natural e o consumo de produtos orgânicos e de grãos e cereais alternativos viabilizando feira dos mesmos; h) Promover outras atividades com vistas à promoção humana e comunitária; i) Tomar outras iniciativas afins, desde que aprovadas pela Assembléia Geral; j) Promover a integração social de crianças e

adolescentes segundo o Estatuto do Menor e do Adolescente (ESTATUTO CECOPAM, 2000, p. 2).

Dentro do Estatuto existem indicativos de uma flexibilidade de se associar à outras entidades, na necessidade em se conseguir atingir seus objetivos, sem que para isso perca sua personalidade e poder de decisão. O caráter da entidade é determinado de forma clara, quando descreve que trabalha sem fins lucrativos, nem associados, nem membros de diretoria, ou qualquer outro cargo receberem remuneração. Para que ocorra a adesão de uma pessoa é necessário, além de preencher um cadastro, aceitar o que rege o Estatuto bem como participar e cumprir o que determinar as assembléias. Este critério também é colocado para entidades que desejam afiliar-se. A participação nas assembléias se dá por meio de voz e voto, podendo o associado até eleger-se para o conselho deliberativo, fiscal, e diretoria; cada associado deverá contribuir com uma anuidade fixada pelo conselho.

A autogestão se faz presente no Estatuto⁹ do Cecopam, a participação democrática destaca-se quando observamos que, tanto para a manutenção ou dissolução de cada cargo ou função as decisões devem sempre passar pela assembléia (ESTATUTO CECOPAM, 2000, p. 3).

4.2 CARACTERÍSTICAS DOS PARTICIPANTES

O Cecopam é uma proposta alicerçada na solidariedade, abrindo espaço para os prosumidores que compõe o quadro de participação nas feiras de economia solidária. Estas feiras ocorrem no segundo sábado de cada mês e objetivam apoiar e organizar a economia solidária na região, integrando à Rede Mundial de Economia Solidária que busca o bem estar das pessoas, descobrindo novos talentos da

⁹ No capítulo VI – das disposições gerais, deixa claro que: “As sobras, porventura obtido, serão reinvestidos totalmente na sociedade para realização dos objetivos propostos”. ESTATUTO DO CECOPAM, SET/2000.

população, principalmente aqueles mais carentes, também buscando a qualidade e não somente o lucro. Nessa entidade os novos talentos e desempregados da região que não dispõem de recursos para abrir seu negócio em um espaço próprio, tem na entidade a estrutura necessária, incentivo, e reflexões para avançar no seu desenvolvimento pessoal e na geração de renda dos associados. Constatamos que desde a limpeza até a manutenção das estruturas (remuneração da diarista, pedreiro) promovem novos posto de trabalho em virtude da divulgação da entidade, que de maneira conexas forma uma rede de solidariedade.

Segundo relatório do CECOPAM (2001, não paginado), as características marcantes dos participantes estão na sua forma de participar, seja ela em cursos (capoeira, línguas, etc...), conseguindo gerar renda à aqueles que ministram os cursos, como também participando de maneira simples, com artesanatos, alimentos e outros nas feiras de economia solidária ou no clube de trocas. São geralmente pessoas sem muita instrução, senhoras ou jovens artesãos ou desempregados que encontraram na entidade um espaço para trabalhar e também para solidarizar-se com os mais carentes, trocando informações e amizades.

4.3 FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

Segundo relatórios do CECOPAM do ano de 2002 (não paginado), as entidades que participam na sua estruturação e manutenção são: Xapinhal¹⁰, Associação de Moradores da Vila S. Pedro, Associação de moradores do Jardim Paranaense, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) setor São Pedro e setor Monte Carmelo, e CEBs da Paróquia São Lucas. Desenvolvem atividades como: organização, animação e acompanhamento das feiras de economia solidária,

¹⁰O conjunto de associações de moradores dos bairros – Xaxim , Pinheirinho e Alto Boqueirão formaram essa entidade.

formação contínua e prática dos prosumidores¹¹ da feira, organização das lojas com os produtos dos prosumidores e clubes de troca. O espaço físico da instituição está equipada com salão de festas, cozinha, salas de reuniões, todos utilizados com cursos que são oferecidos por apenas uma taxa ou mensalidade mínima, de forma que moradores da região participam sem dificuldades; existem cursos como: - línguas (espanhol e inglês), violão e teclado, mangá, capoeira, almoço vegetariano, dança de salão, e venda de produtos orgânicos. Além da feira há o almoço que propicia um espaço de encontros de confraternização, e serve para atrair pessoas para compras na feira.

Ocorrem na primeira quinta-feira de cada mês os encontros do clube de trocas, onde circula a moeda local (o pinhão). No segundo sábado de cada mês ocorre a feira “Mais, Mais” de economia solidária. Participam desses encontros tanto membros do CECOPAM, como também podem ocorrer participação de membros de outras regiões da cidade, ocasionando uma maior troca de experiências.

Podemos observar que o CECOPAM não se restringe a uma única atividade envolvendo a economia solidária, mas encontramos traços desse envolvimento em todas as atividades desenvolvidas, como observa de forma clara a ex-coordenadora do CECOPAM Suzana Estevam, que trabalhava na instituição por ocasião da implantação e formação nos primeiros anos:

“Avalio que além de receber otimamente as pessoas das mais diversas classes sociais e locais, que comparecem no CECOPAM, também é necessário estar de antenas ligadas, para perceber as necessidades atuais (entenda-se em todas as dimensões) e obviamente correr atrás de forma estratégica e eficaz. Mantendo sempre em vista os objetivos do Cecopam. Outrossim manter a diretoria, conselho e assembléia, coesos e integrados nas discussões, processos e desafios do Cecopam. E também abrir novos caminhos levando em consideração prioritária o indivíduo para somar satisfatoriamente ao coletivo.” (informação verbal)

¹¹ Segundo MANCE (1999, 17), aqueles que produzem e também consomem o seu produto dentro da rede de economia solidária.

Formando parcerias com a Anteag, Associação d'agricultura Orgânica do Paraná (AOPA), UFPR, Pastoral da Criança, Associações de Moradores, Agência de desenvolvimento solidário (ADS), Centro de Formação Irmã Araujo (CEFÚRIA), MST, CUT, vem desenvolvendo várias atividades que promovem a economia solidária, criando espaços de formação (palestras de como educar os filhos, otimização do uso de alimentos, direitos das mulheres, etc...), dando condições para que os cidadãos fiquem aptos a buscar melhores condições de vida e renda. O clube de trocas e as feiras são ponto máximo dessa nova forma de organização e inclusão social.

4.3.1 O Cecopam e a Participação no Clube de Trocas

Em Curitiba e Região Metropolitana existe cerca de 26 clubes de troca, sendo o grupo do CECOPAM o mais antigo em funcionamento, desde 1998. Todos utilizam como a moeda social o “PINHÃO”, símbolo do Paraná, a introdução dessa moeda ajuda a controlar o mote do projeto, que é o da economia solidária. “Temos pessoas que fazem crochê, objetos de biscuit, bonecas de pano. O clube é muito importante para mim, Se não fosse isso, eu não saberia lutar por meus direitos ou mesmo conhecê-los”, afirma Sônia Maria do Nascimento, integrante do clube de troca no bairro Xaxim, Cecopam. (GAZETA DO POVO, 09/09/2004, p. 3)

Segundo relatório do ano de 2001 (não publicado), o clube de trocas, no final dos anos noventa contava com a participação de quarenta e sete (47) sócios, sendo na sua maioria mulheres, que se encontram de quinze em quinze dia para realizar as trocas. O clube de trocas funciona da seguinte forma: - A Idiair dá um saco de feijão para a Sônia, que oferece em troca um pote artesanal, Lourdes ganha uma massagem de Suzana, que pelos serviços terapêuticos, recebe de sua paciente um vestido, assim acontecem as trocas. Hoje o número de sócios é menor, e entre eles podemos encontrar: desempregados, donas de casa e artesãos. Não existe muita

rotatividade nesse grupo, aqueles que deixam o grupo, normalmente são os que estavam desempregados e conseguiram trabalho. Para a adesão a esse grupo é necessário que no mínimo se faça um investimento inicial de cinco reais (R\$ 5,00), que se destina a taxa de adesão ao clube, sendo anual e repassada para a entidade, em troca o sócio recebe dez (10) pinhões, podendo assim negociar com o restante do grupo, ocorrendo em cada encontro a possibilidade de aumentar a quantidade de pinhões ou diminuí-los, variando conforme o que se negocia no clube. Segundo informações da secretária da entidade Sra. Indiamara, foram necessários criar normas de participação, pois alguns sócios trazem produtos industrializados, o que não pode, ou ainda valorizar demasiadamente o seu produto, tirando o caráter solidário do clube de trocas. Todo grupo tem suas normas construídas coletivamente, após debate. É comum produzir faixas ou banners dispostos em locais visíveis, contendo as regras, para que todos possam delas se lembrar e os novos integrantes e visitantes as conheçam.

Segundo o relatório do CECOPAM (2001, não paginado), as normas são: 1- quem participa do clube de trocas, também deve participar das feiras de economia solidária, e receberá formação do que é economia solidária, ou seja, a identidade do grupo. 2 – Para ingressar no grupo haverá uma data limite, no caso, até final de agosto, passado esse período, somente entrará no grupo em janeiro do ano seguinte. 3 – Os prosumidores só poderão entrar com produtos de produção própria ou produtos artesanais de outras pessoas, não produtos industrializados. 4 – As pessoas podem trabalhar com alimentos (pães, bolos, doces, bombons, conservas, sucos, etc...), desde que estejam embalados e as pessoas usem avental, touca e se possível luvas. 5 – deverão respeitar os horários, que serão decididos pelo grupo. 6 – Os encontros acontecerão de quinze em quinze dias. 7 – Os produtos não podem ser repetidos, para que não haja concorrência entre o grupo, só podendo ser repetidos os

produtos que o grupo fizer junto, pois assim o dinheiro da venda será repartido entre aqueles que ajudaram a produzir os mesmos.

Na entrevista concedida à Revista do Comercio (2002, p. 38-39), podemos perceber a importância do clube de trocas. Nos depoimentos como de Vander Luiz Branco da Silva, 27 anos, que faz chinelos de pano. O clube o tirou do desemprego, Vander sofre de epilepsia, doença caracterizada por forte crise nervosa, e sempre foi reprovado nas fichas que fez em empresas por causa de seu problema de saúde. “O mais gostoso aqui é que todos se ajudam e assim, todos têm condições de se levantar juntos”; parte do dinheiro da sua família que era gasto em alimentos, agora pode ser redirecionado para compra de remédios, e alguns itens da cesta básica, como arroz, feijão e leite, podem ser encontrados por Vander no clube (REVISTA DO COMERCIO, 2002, p. 38-39).

Embora o número de participantes nesse clube seja considerado pequeno, podemos constatar sua força enquanto forma de inserção e de cidadania com as pessoas que participam. Mesmo ocorrendo saídas de alguns membros o grupo não pôs fim ao clube, pois observou-se que aqueles membros que saíram eram os que estavam fora do mercado de trabalho e acabaram encontrando emprego, não restando tempo para a participação e também, por ser de caráter solidário, o clube de trocas, nesses casos, ceder lugar para novos sócios que encontram-se em situação de desemprego e também para pessoas carentes da região (REVISTA DO COMERCIO, 2002, p. 39).

Em entrevista que realizamos no dia onze de setembro de 2004 no CECOPAM dos vinte e seis participantes apenas oito pessoas estavam presentes para a entrevista. O objetivo da entrevista era verificar se as pessoas sócias do clube de trocas conseguiram obter melhoria de renda ou satisfação pessoal. Constatamos que dos oito (08) entrevistados, quatro (04) pessoas comentam ter melhorado seu

nível de renda com a participação no clube de troca e na feira, sendo que as quatro (04) restantes, não obtiveram alteração do nível de renda, mas encontraram uma satisfação pessoal em poder estar entre amigos e poder ajudar quem mais precisa.

Tivemos a oportunidade de vivenciar um encontro do clube de trocas em que podemos constatar: - a) A forma como fui recepcionada, com muito calor humano, dando destaque a importância da minha presença enquanto mais um membro do grupo, b) antes de iniciar as trocas ocorreu a leitura de uma mensagem enfocando a solidariedade e a amizade, c) ocorreram distribuições de tarefas, como quem irá recepcionar o próximo encontro, quem trará a mensagem e ajudará na organização do ambiente do encontro, d) haviam mesas onde ficaram dispostos os produtos, cada qual com uma etiqueta descrito o valor em pinhões, e) então começou as trocas, cada participante descreve seu produto, ficamos a vontade para escolhermos aquilo que mais nos atraía ou nos era necessário, f) as trocas ocorrem de maneira harmônica e simples, dando sempre prioridade para aqueles que mais precisam de determinado produto, g) o encerramento é uma festa, todos felizes com as trocas que fizeram, e esperançosos com o próximo encontro.

Outra característica que constatamos no clube de troca é a relação existente com outros grupos de clubes de troca da cidade, ocorrendo um intercâmbio entre eles, com a vinda de membros desses grupos ou com a ida dos membros do CECOPAM para outros grupos. Tal como Mance (1999, p. 47) descreve como células de consumo, onde existe uma descentralização do clube de troca, podendo o mesmo ocorrer num local em uma data e em outro local em outra data.

4.3.2 As Feiras de Economia Solidária

A primeira feira de economia solidária na região da Vila São Pedro, ocorreu em 1999, com o apoio das entidades como CEFURIA, CECOPAM, IFIL. Com nove (9) participantes, já integrados a Rede Sol, utilizaram o pátio da Paróquia São Pedro Apóstolo, vendiam produtos a um preço justo e solidário. Foi a partir da realização dessa feira que o CECOPAM, começa a desenvolver a continuidade da feira, que passa a acontecer no pátio da entidade (CECOPAM, 2002, não paginado).

No ano de 2001, o CECOPAM participa da primeira feira de economia solidária em Curitiba que aconteceu nos dias 26 a 29 de setembro, na praça Santos Andrade, teve ajuda organizacional de várias entidades, inclusive do Cecopam. Antecedendo a essa feira, houve um período de diálogos, que iniciou exatamente no dia 23.07.01, por ocasião do Seminário de Comercialização em economia solidária, promovido pela Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) e da CUT. Foi neste seminário que se apresentou a proposta da feira, que ocorreria simultaneamente ao Seminário Internacional de Cooperativismo, promovido pela Universidade Federal do Paraná. Participaram dessa feira vários grupos existentes na cidade: o grupo AEC – grupo do Capão Raso, grupo do Jardim Três Pinheiros, CECOPAM, Rede Sol, Grupo de feirantes do Sítio Cercado (DOSSIÊ DA I FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2001, p. 15).

Nesse período, realizou-se uma avaliação do que era a economia solidária para eles, e percebeu-se que havia entre todos uma junção entre idéias de mundo melhor e o imediato. O grupo CECOPAM deixou claro a alegria de poder ter um espaço para expor seus produtos, com ênfase na união do grupo e na solidariedade, aqui já incorporando o termo “prossumidor”, que significa a junção entre produtor e consumidor. O CECOPAM é um grupo bem organizado, e isso fica evidente

também na elaboração dos conceitos (DOSSIÊ, I FEIRA ECONOMIA SOLIDARIA, 2001, 15).

Os participantes das feiras que ocorrem no Cecopam são na sua maioria também participantes do clube de trocas. Como fica evidenciado nas pesquisas, os produtos normalmente comercializados (na feira as vendas são na moeda nacional o real) são: artesanatos em pano (bonecas, roupas, artigos de decoração) e madeira (mesas, cadeiras e objetos de decoração), velas artesanais, alimentos (bombons, bolos, doces, conservas, produtos orgânicos, galinha caipira), todos comercializados a um preço justo. Todos preenchem um cadastro contendo os dados pessoais e informações sobre o produto exposto na feira; esse cadastro fica em poder da entidade para controle e ao final da feira é realizado um levantamento do total das vendas, sendo estabelecido um percentual que ficará para a entidade, como forma de um aluguel pelo espaço cedido. Quando começaram a funcionar as feiras no Cecopam existia a cobrança de uma taxa de R\$ 3,00 (três reais) para ser utilizado na contratação de materiais de divulgação (cartazes, faixas, etc...). Nesse período ocorria uma maior participação de feirantes (47 participantes)¹². Hoje o número de feirantes é de vinte e seis (26) participantes, isto porque a falta de divulgação se reflete nas vendas, que tornaram-se pequenas demais para conseguir manter os demais na feira pelo trabalho de um dia inteiro. Constatou-se entre os feirantes um certo desânimo em relação as feiras, que desmotiva os demais, como também o descontentamento em relação a divulgação (que hoje não acontece), ficando normalmente pelos próprios feirantes, e por ser em um local de rua paralela não atrai pessoas muitos visitantes à feira. Mesmo sendo a entidade organizada e construída pelas comunidades eclesiais de base (Ceb's) e pelas associações de moradores, os mesmos pouco participam desses eventos, demonstrando pouco interesse ou falta de

¹² Em geral, os participantes do clube de trocas e das feiras são os mesmos.

conhecimento em relação a importância econômica de integração social dessas pessoas na comunidade ou região.

Segundo informações do presidente da diretoria do CECOPAM Sr. Nicolau SAAB (informação verbal), hoje a diretoria da entidade está trabalhando para buscar alternativas de locais para que ocorram essas feiras. Uma das alternativas levantadas seria a utilização da praça do Colégio São Pedro Apóstolo, pois por ser um lugar mais central poderia estar atraindo novos feirantes, como também melhorar o retorno do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendendo-se a dinâmica capitalista, percebemos a intensidade das mudanças que esta provoca na sociedade como um todo. Neste estudo, primeiramente, procuramos discutir o conceito de Economia Solidária e seus fundamentos teóricos todavia em construção, constatando que essa denominação ganha cada vez mais amplitude com as mais variadas experiências que buscam superar os problemas decorrentes da pobreza e exclusão social causada pelo desemprego. Desta forma com tantas experiências torna-se difícil definir de forma precisa embora haja convergência entre os autores. Então notamos que a Economia Solidária não é um projeto futuro, mas algo que já está em curso e que sua promoção ocorre das mais diversas formas respeitando as diversidades de culturas, as diversas formas organizativas, fortalecendo a participação em setores autogestinários e solidários da sociedade.

Constatamos que a Economia Solidária aparece de maneira mais comum nos empreendimentos cooperativos, que já trazem si a herança da doutrina e os princípios de cooperação, associação e autogestão. Porém, não são todas as cooperativas que se inserem nesta lógica, há cooperativas que se fundamentam na lógica capitalista de acumulação de capital. Para que exista um empreendimento que envolva a lógica da Economia Solidária é necessário que haja também uma cultura e uma política popular e solidária. Percebe-se como é grande a dificuldade para que haja esta mudança de mentalidade, da capitalista (individual e excludente) para a popular e solidária (coletiva e associativa). Esta mudança de mentalidade não é, com certeza, o único desafio enfrentado pelos empreendimentos solidários como podemos constatar. Há também os desafios de se promover a autogestão através de planos próprios de desenvolvimento; de envolvê-los com outras comunidades similares e com a sociedade em si, sem perder sua identidade na busca da

sustentabilidade, construindo empreendimentos solidários para que se fortaleçam relações de consumo, produção e distribuição. Um mecanismo que vem sendo experimentado são as redes de troca e os clubes de troca, que enfocam o consumo solidário, a agregação de unidades que se encontram isoladas, troca de conhecimentos, produtos e informações.

Além disto enfocamos as inúmeras formas pertinentes na busca do desenvolvimento no âmbito da Economia Solidária do cooperativismo que tem o ser humano no coletivo, como seu objetivo e, portanto, sua lógica não se guia pelo lucro, mas pelo benefício que pode proporcionar aos seus cooperados. Diante disto os resultados podem ser percebidos tanto no presente como no futuro, como o respeito à comunidade, a sustentabilidade que preserva o meio ambiente, a natureza e o homem (este como instrumento de mudança). As cooperativas populares e solidárias são um instrumento de atitudes desafiadoras diante da realidade excludente da sociedade.

A experiência brasileira foi demonstrada aqui de maneira sintética, pois se restringe às informações obtidas até o início do ano de 2002 entre outra que a pesquisa conseguiu alcançar até o seu término. Constatamos que a Economia Solidária tem suas raízes no cooperativismo existente no início do século XX, sendo este um instrumento utilizado pelos trabalhadores para se protegerem do desemprego crescente. No Brasil analisamos na forma de cooperativa ou associação produtiva, em diferentes segmentos, sempre autogestionárias, como exemplo da atividade solidária. Assim temos a experiência da Caritas, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que ajudou com financiamento milhares de pequenos projetos Alternativos Comunitários, gerando trabalho e renda a trabalhadores das periferias. Ela demonstra a dimensão de sua importância como

uma nova forma de minorar problemas de sobrevivência, decorrentes dos modelos de sociedade implementados até então.

Outros exemplos bem sucedidos de economia solidária foram colocados de maneira a enfatizar o compromisso de vários setores da sociedade em promover de maneira civilizada e organizada novas formas de inserção social. Sendo este um instrumento poderoso de combate a exclusão social. A economia solidária portanto é usada “para abranger todas as práticas e propostas que partilham esses princípios, não se limitando à organização da produção, mas também promovendo o consumo organizado e consciente, com base em princípios éticos, solidários e sustentáveis” (FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 2002, p. 74).

Finalmente, estudamos o caso da entidade Centro Comunitário e de Proteção Alimentar Pe. Miguel (CECOPAM), realizando uma avaliação econômica e social das estratégias da entidade de desenvolvimento da Economia Solidária. Compreendemos que diante da atual realidade social que vivemos (desemprego, marginalidade, informalidade, etc...) esta experiência pode contribuir para tornar acessível este novo modelo de busca do desenvolvimento voltado para o coletivo e não para o individual da sociedade. Além disto constatamos sua importância em quanto forma organizada na autogestão, onde a participação em assembléias com direito a voz e voto ocorrem de maneira natural, tornando sua estrutura democrática e participativa. A entidade cumpre seu papel histórico no bairro que é a busca constante de melhor qualidade de vida.

A formação de parcerias e os métodos utilizados para sua manutenção deixam claro a preocupação com o social: o seu estatuto contempla seu compromisso com a organização da economia solidária, usando o espaço físico para promoção de cursos de formação, mediando o clube de trocas e promovendo as feiras de economia solidária.

Podemos constatar que essas novas práticas de integração econômica promovem a inserção de pessoas excluídas do mercado de trabalho, como é demonstrado nos depoimentos. Os participantes que deixaram de participar das feiras e clubes de troca (que são as experiências de economia solidária que focamos) que conseguiram retornar ao mercado de trabalho formal. Em geral, se caracterizam por serem pessoas simples e de pouco estudo, muitas mulheres e artesãos que encontraram no CECOPAM um espaço para trabalhar e se desenvolver, praticando ações solidárias entre si. Outra característica importante a ressaltar é a integração dessas ações (como clube de trocas, feiras) com outros grupos da cidade e também de outras regiões, formando redes de solidariedade, que promovem o comércio justo e consumo solidário.

A grande dificuldade presente nos movimentos de autogestão e economia solidária, como o CECOPAM, é a ausência de uma participação ativa da comunidade, a pouca participação desmotiva os integrantes e também desanima os que pretendem ingressar. Os associados organizam-se igualitariamente de maneira que seus ganhos também sejam repartidos igualmente. Isto nos leva a outro problema, relacionado a mudança de mentalidade, da capitalista para a popular e solidária. Para tanto se faz de fato necessário avançar em formas organizativas fortalecendo as mais distintas práticas de economia solidária, integrando-as entre si, formando redes locais, regionais, nacionais e internacionais.

A estratégia do CECOPAM de colaboração, difusão e articulação da economia solidária possibilitou e continua possibilitando, embora em pequena escala, a promoção de uma melhor distribuição de riquezas, inclusão social e o bem viver das sociedades, mostrando que essa é uma nova forma de organizar a economia, centrada em novos valores, que já estão presentes em inúmeros lugares, mostrando-se economicamente viável, socialmente justa, ecologicamente

sustentável. Claro que somente essa experiência pode ser considerada pequena diante do tamanho da exclusão social, para colocar o desenvolvimento econômico a serviço do desenvolvimento integral de todos os seres humanos. Os resultados são ainda incipientes, é preciso superar os desafios de consolidação e desenvolvimento de tais experiências.

REFERÊNCIAS

ALVES, Marilene de Oliveira. Entrevista concedida a Lucimara Inacio do Prado. Curitiba, 11 set. 2004.

BARBOSA, Fernanda da Silva Rocha. Entrevista concedida a Lucimara Inacio do Prado. Curitiba. 11 set. 2004.

BENATO, João Vitoriano Azoli. O ABC do cooperativismo. São Paulo: Instituto de Cooperativismo e Associativismo, 1994.

BEZ, Antonio Carlos; CARNEIRO, Gisele. “Economia Popular Solidária: que mundo estamos construindo?” Paraná, CEFÚRIA, 2004.

CENTRO COMUNITÁRIO E DE PROTEÇÃO ALIMENTAR PADRE MIGUEL. Curitiba. Estatuto realizado no dia 02 de set. 2000. p. 1-5.

CENTRO COMUNITÁRIO E DE PROTEÇÃO ALIMENTAR PADRE MIGUEL. Relatório de atividades 2001. Curitiba, 2002.

CENTRO COMUNITÁRIO E DE PROTEÇÃO ALIMENTAR PADRE MIGUEL. Relatório de atividades 2002. Curitiba, 2003.

CUSTODIO, Norma. Entrevista concedida a Lucimara Inacio do Prado. Curitiba, 11 set. 2004.

DECLARACION SOBRE LA IDENTIDAD Y LOS PRINCIPIOS COOPERATIVOS, Aci, 1995.

DOSSIE I feira de Economia Solidária. Curitiba, CEFÚRIA, 2001.

Economia Popular Solidária. In: FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 2., 2002, Porto Alegre. Alternativa Concreta de Radicalização da Democracia, Desenvolvimento Humano, Solidário e Sustentável. Porto Alegre: Governo do Rio Grande do Sul, 2002. p. 3-81.

Economia Solidária. GAZETA DO POVO, Curitiba, 09 de set. de 2004.

FERREIRA, Elenar. A cooperação no MST: da luta pela terra à gestão coletiva dos meios de produção. In SINGER e SOUZA (org.). Economia Solidária no Brasil: autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo, editora contexto, 2000.

GAIGER, Luis Inácio. O trabalho no centro da Economia Popular Solidária. Caxambu: UNISINOS, 1999.

GAIGER, Luiz Inácio (org.). Formas de combate e de resistência à pobreza. São Leopoldo: UNISINOS, 1996.

GOMES, Rosalba Eliane. Entrevista concedida a Lucimara Inacio do Prado. Curitiba. 11. Set. 2004.

LAVILLE, Jean Louis. Globalização e Solidariedade. In Fundação Luis Eduardo Magalhães “Economia Solidária: desafios para um novo tempo”. Caderno Fiem. Salvador, 2003.

LAZZAROTO, Idiair Eufrazio. Entrevista concedida a Lucimara Inácio do Prado. Curitiba, 11 set. 2004.

LECHAT, Noelle M. P. “As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil”. Palestra proferida na UNICAMP, 20/03/2002. (cópia heliográfica).

LISBOA, Armando. A economia Popular no contexto da grande transformação. Florianópolis: UFSC, 1998.

MAIA, Denise Maria. In: Boletim do Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Paraná. ISSN 1519-0404: produtividade sistêmica. v.3, n 10, out/dez 2003.

MANCE, Euclides André. “A Revolução das Redes: a colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual”. Rio de Janeiro, EDITORA VOZES, 1999.

MANCE, Euclides. Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária. In: SEMINÁRIO DO PÓLO DE SOCIECONOMIA SOLIDARIA, Paris, 2001.

MARX, Karl. O Capital. 5 vols. São Paulo, Abril Cultural, 1988.

MELO, Joaquim de. Na periferia de Fortaleza nasce um banco popular, **O GIRASSOL**, ano I, Rio de Janeiro, 2000.

MENDONÇA, RegianeTunskoski. Entrevista concedida a Lucimara Inacio do Prado. Curitiba, 11 set. 2004.

NASCIMENTO, Sonia Maria. Entrevista concedida a Lucimara Inacio do Prado. Curitiba, 11 set. 2004.

PINHÃO: Símbolo do Paraná vira moeda em feira de trocas. Revista do Comércio, Curitiba, abr. 2002.

PINHO, Diva Benevides. Economia e cooperativismo. São Paulo : Saraiva, 1977.

RAZETO, L. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M. e GUTIERREZ, F. (org.). Educação comunitária e economia popular. São Paulo: CORTEZ, 1993.

RECH, Daniel. Cooperativas Uma Onda Legal. Rio de Janeiro: Instituto Apoio Jurídico Popular, 1991.

REDE SOLIDÁRIA. Redes de Solidariedade. Disponível em <<http://www.ifil.com.br/redesolidaria/>> Acesso em: 22 de set. de 2004.

SAAB, Nicolau. Entrevista concedida a Lucimara Inacio do Prado. Curitiba, 11 set. 2004.

SANTOS, Aparecida de Paula. Entrevista concedida a Lucimara Inacio do Prado. Curitiba, 11 set. 2004.

SINGER, Paul. “A economia solidária”. In: Revista Teoria e Debate, fev/mar/abril, 2001, ano 14, n. 47.

SINGER, Paul. Introdução a economia solidária. São Paulo, EDITORA FPA, 2002.

UNITRABALHO. Integrar Cooperativas. São Paulo, PROGRAMA INTEGRAR – CUT, 1999.